

# As eleições autárquicas e regionais em Portugal\*

Paula do Espírito Santo

## Índice

1	Nota metodológica . . . . .	2
2	Participação eleitoral nas eleições autárquicas portuguesas: 1976-2001 . . . . .	2
3	Evolução da oferta política nas eleições autárquicas portuguesas: 1976-2001 . . . . .	5
4	Participação eleitoral nas eleições regionais portuguesas: 1974-2004 . . . . .	11
5	Evolução da oferta política nas eleições regionais portuguesas: 1976-2004 . . . . .	13
6	Considerações finais . . . . .	17
	Referências bibliográficas . . . . .	19

## Abstract

O artigo presente analisa a importância do voto nas eleições autárquicas e regionais, ambas eleições que se qualificam, correntemente, como eleições de segunda ordem, pelos seus efeitos localizados e segmentados geograficamente e autonomizados, em larga medida, do Poder central, em termos de gestão dos projectos político-partidários sufragados. Concretamente, analisa-se a evolução nacional das tendências da

---

\*Referência originalmente publicada: Espírito Santo, Paula (2007), “As eleições autárquicas e regionais em Portugal”, Revista *Eleições* nº 11, Lisboa, STAPE, pp. 7-23.

procura eleitoral, evidenciando a caracterização das tendências ideológico-partidárias mais marcantes e o seu enquadramento e papel em termos conjunturais. Analisa-se também a evolução da participação eleitoral nas eleições referidas, sempre num contexto nacional.

## 1 Nota metodológica

**E**M termos metodológicos, é de salientar que apesar da especificidade local das eleições autárquicas optou-se por uma leitura global ou nacional dos dados dos sufrágios, com base nas estatísticas oficiais tal como estão publicadas em *Diário da República*, com o objectivo de relevar diferenças político-partidárias genéricas, e não contextuais, relativas a cada um dos 308 concelhos portugueses. Certamente que dados específicos referentes à cultura política destes 308 concelhos ajudariam a fundamentar evoluções e opções político-partidárias locais. Não o fizemos por dois motivos. O primeiro baseia-se na dimensão que a referida análise teria, a qual, a ser realizada com a devida especificidade e exaustividade, seria longa e não caberia no âmbito e extensão do presente artigo. Em segundo lugar é de relevar a escassez de suporte científico, em termos de estudos aprofundados, específicos e sistemáticos, essencialmente, de natureza empírica, referentes à caracterização da participação política em termos de culturas políticas locais. Este aspecto, aliás, deve constituir uma preocupação a colmatar em termos de investigação futura nesta temática, podendo constituir auxílio importante não apenas na análise das escolhas autárquicas como também nacionais. Como tal, e como referido, o presente artigo baseia-se numa análise de âmbito nacional suportada nos resultados oficiais referentes às eleições autárquicas e regionais portuguesas.

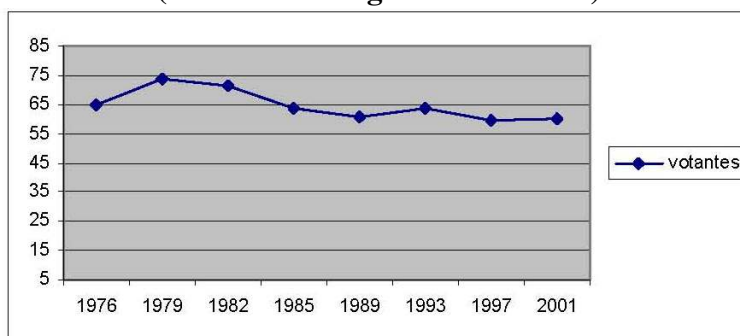
## 2 Participação eleitoral nas eleições autárquicas portuguesas: 1976-2001

O quadro evolutivo das eleições autárquicas portuguesas entre 1976 e 2001 tem-se pautado por um percurso equilibrado e gradual em termos

de procura eleitoral. Neste sentido, podemos afirmar que, em regra, a participação eleitoral dos portugueses tem sido bastante estável desde 1976, com oscilações naturais que levaram a um pico em finais dos anos 70, originado pelo entusiasmo participativo pós revolucionário, aliado a circunstâncias político-legais que promoveram o recenseamento massivo da população. Tal como se pode observar no gráfico 1, a participação eleitoral nas eleições autárquicas portuguesas tem estado acima dos 60 %, valor este que, em média, encontra-se acima dos valores de participação nas eleições europeias mas um pouco abaixo das eleições legislativas e presidenciais em Portugal.

As eleições autárquicas portuguesas têm lugar de quatro em quatro anos, sendo que são três os órgãos autárquicos alvo de sufrágio, ou sejam, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. Na eleição para os órgãos autárquicos, as listas podem ser propostas por partidos políticos, coligações de partidos e por grupos de cidadãos eleitores. Nas eleições autárquicas vigora o sistema de representação proporcional, sendo que a conversão de votos em mandatos é realizada através do método de Hondt. Ao líder do partido ou coligação mais votado cabe a gestão do projecto autárquico em termos de Presidência da Câmara Municipal. Lembre-se que o território nacional encontra-se dividido em 20 Distritos, os quais integram 308 concelhos e estes, por sua vez, 4260 freguesias . Apesar desta repartição territorial bastante segmentada, do ponto de vista político-administrativo, a menor participação eleitoral dos cidadãos, quando comparada com outros sufrágios (caso das, já referidas, eleições legislativas e presidenciais) pode decorrer de os efeitos da gestão autárquica serem menos visíveis e sentidos como menos prementes pelos eleitores. Em termos de proximidade dos eleitores aos eleitos das autárquicas locais verifica-se a necessidade de um maior investimento permanente por parte dos líderes locais em termos de promoção da importância das políticas locais. Reitere-se que, contudo, os valores apresentados devem ser tomados como relevantes em termos de participação eleitoral.

**Gráfico 1. Votantes nas eleições autárquicas  
(continente e regiões autónomas)**



FONTE: Dados do STAPE, publicados em Diário da República.

Dos aspectos que consideramos fundamentais para a construção de um quadro democrático estável e livre de participação eleitoral destaque-se a importância do recenseamento eleitoral. Este constitui um fenómeno essencial que reflecte o envolvimento político e eleitoral da população além de permitir aferir da democraticidade do sistema político. Segundo dados que apurámos, em 1973, a proporção de população recenseada face à população residente era de cerca de 21% de (Espírito Santo, 2004: 242). A motivação em relação ao voto não poderia ultrapassar limites legais tais como os impedimentos decorrentes do estatuto de chefe de família, vedado às ‘esposas’, a menos que estas, por contingências de vida, possuíssem esse privilégio, ou como os limites decorrentes da incapacidade ligada à iliteracia e ao analfabetismo. Estes dados permitem aferir acerca da baixa importância do recenseamento eleitoral e, conseqüentemente, do voto como mecanismo de representação da soberania popular até 1973. Em 1975, a proporção dos votantes em relação à população residente, ou seja, incluindo os indivíduos a partir dos 0 anos passa para cerca de 66%, em 1978 para cerca de 71% e a partir dos anos 90 do século XX passa a ter valores superiores a 80% (Espírito Santo, 2004: 242). Os valores de recenseamento eleitoral têm-se mantido estáveis, desde aquele período, sendo que podem considerar-se valores bastante sustentáveis e relevantes em termos de representação democrática, no que se refere ao recenseamento eleitoral da população portuguesa.

O período após a Revolução de 1974 introduziu, em Portugal, em termos eleitorais, uma cultura política de participação política e eleitoral que marcou, decisivamente, o modo de vivenciar os actos legislativos em Portugal, por parte dos cidadãos. As circunstâncias políticas, logísticas e tecnológicas haveriam de auxiliar na promoção do processo de democratização em Portugal, processo este que fez emergir a importância da liberdade de reconstrução político-eleitoral permanente, assente na representação da vontade popular. A cultura política<sup>1</sup> portuguesa do período após 1974<sup>2</sup> tem sido marcada pela participação política e eleitoral massiva por parte da sociedade civil na condução política do Estado, factor este que constitui um dos pilares estruturantes dos Estados democráticos e o demarca, largamente, do período anterior.

### **3 Evolução da oferta política nas eleições autárquicas portuguesas: 1976-2001**

No que se refere à evolução da oferta política em termos de espectro partidário-ideológico, a nível das eleições autárquicas, nota-se que, ao longo dos 25 anos em revista, houve um conjunto de soluções políticas que mantiveram uma estabilidade política importante<sup>3</sup>. Das duas forças políticas mais representativas, a nível autárquico, o PS e o PSD,

<sup>1</sup> No contributo Espírito Santo (2006) tratamos detalhadamente o conceito de cultura política, pelo que recomenda-se o mesmo para desenvolvimentos acerca do mesmo conceito.

<sup>2</sup> De entre alguns estudos acerca da cultura política portuguesa ver: Howard J. Wiarda, Margaret MacLeish Mott (2001), *Catholic Roots and Democratic Flowers – Political Systems in Spain and Portugal*, USA, Praeger.  
Franz-Wilhelm Heimer, Jorge Vala, José Manuel Leite Viegas (1990), “Padrões de Cultura Política em Portugal: Atitudes em Relação à Democracia”, *Análise Social*, XXV.

José Manuel Leite Viegas, (1988), “Cultura Política: Intervenção do Estado e Democracia”, *Revista de Ciência Política*, 7 e 8.

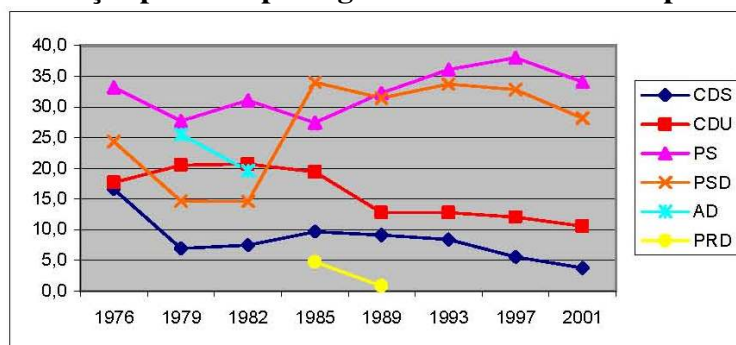
Franz-Wilhelm Heimer, (1986), “A Cultura Política em Portugal – Balanço das Pesquisas em Sociologia Política”, *Revista de Ciência Política*, 4.

<sup>3</sup> Em termos metodológicos, por motivos de sistematização, optámos por não representar graficamente os partidos ou coligações cuja representação fosse residual (considerámo-la abaixo dos 8%).

verificou-se que este último seria alvo de alguma estabilização a partir de 1985, posterior ao fenómeno da coligação AD que, por sua vez, vê o seu *terminus*, a nível autárquico, com as eleições de 1982. A adesão eleitoral é maior quanto mais as forças políticas se distanciam dos extremos da escala esquerda direita, tal como é previsível.

Por via de regra, as diferenças, em termos de escolha pelos eleitores não são relevantes entre os três órgãos de gestão autárquica. Contudo, apesar de ínfimas, estas diferenças não deixam de se fazer sentir, aspecto este revelador do valor diferenciado atribuído por uma parcela das populações ao papel destes três órgãos locais. Os gráficos 2, 3 e 4 ilustram essas pequenas diferenças. A título de exemplo refira-se o caso do PSD que, em 1985, obteve um valor de cerca de 34% de escolhas para a Câmara Municipal e para a Assembleia de Freguesia e que em termos de Assembleia Municipal ficou-se pelos 30%, paralelamente a uma subida do CDS. A mesma tendência (apesar da quebra) verifica-se quando se comparam os dados em 2001, com o CDS a obter uma pequena vantagem na Assembleia Municipal, concomitante a uma pequena descida do PSD. Estes dados permitem-nos inferir a importância do voto útil, em particular para os munícipes do CDS. No caso do PS notou-se, em 1997, uma escolha, ligeiramente, menor em termos de Assembleia de Freguesia do que em relação aos dois outros órgãos autárquicos.

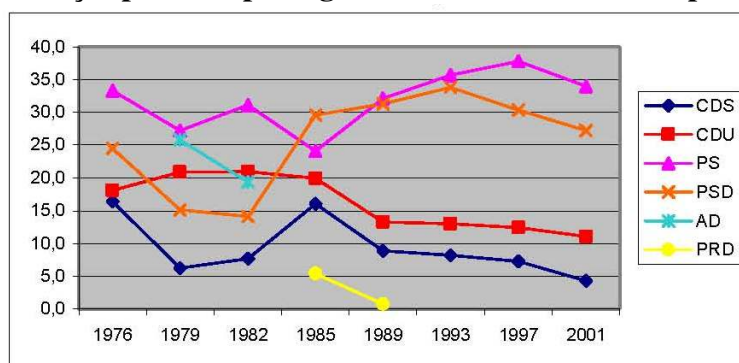
**Gráfico 2. Evolução dos resultados eleitorais das maiores forças políticas portuguesas: Câmara Municipal**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

NOTA: Simplificaram-se as siglas utilizadas: caso de PSD em vez de PPD/PSD e de CDS em vez de CDS-PP. A CDU traduz os votos do PCP em 1976, da APU em 1980 e 1984, CDU em 1988 e PCP-PEV de 1992 em diante.

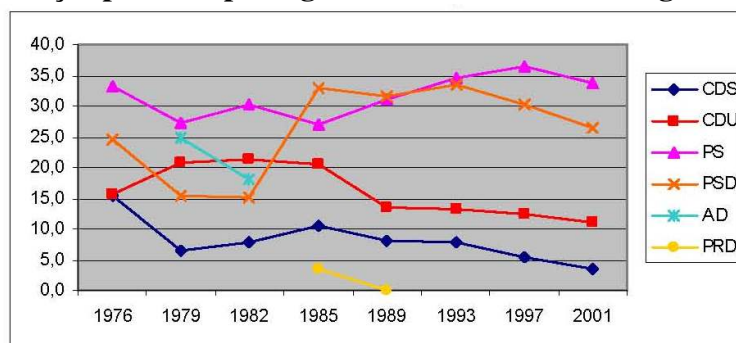
**Gráfico 3. Evolução dos resultados eleitorais das maiores forças políticas portuguesas: Assembleia Municipal**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

NOTA: Simplificaram-se as siglas utilizadas: caso de PSD em vez de PPD/PSD e de CDS em vez de CDS-PP. A CDU traduz os votos do PCP em 1976, da APU em 1980 e 1984, CDU em 1988 e PCP-PEV de 1992 em diante.

**Gráfico 4. Evolução dos resultados eleitorais das maiores forças políticas portuguesas: Assembleia de Freguesia**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

NOTA: Simplificaram-se as siglas utilizadas: caso de PSD em vez de PPD/PSD e de CDS em vez de CDS-PP. A CDU traduz os votos do PCP em 1976, da APU em 1980 e 1984, CDU em 1988 e PCP-PEV de 1992 em diante.

O diferencial em termos de padrão de escolha partidária pode ter relação com aspectos como as estratégias partidárias locais assim com a representação em termos de Assembleias locais, ligada às dinâmicas nacionais associadas à imagem e peso democrático entre os grandes e os pequenos partidos, caso respectivo do PS, PSD, por um lado e CDS, por outro, as quais são reflectidas nas escolhas dos cidadãos eleitores. Por exemplo, o voto útil, facilmente, é canalizado para a Câmara Municipal. Já os outros dois órgãos podem desencadear escolhas diferentes de acordo com as expectativas de assumpção do poder que os eleitores associam aos partidos em competição. Outra possibilidade de explicação das pequenas disparidades de escolha dos eleitores nos órgãos em referência reside no efeito de proximidade que é cultivada pelos autarcas, particularmente em termos de Junta de Freguesia, a qual leva a destaques e personalizações nas actuações dos mesmos e, conseqüentemente, à divergência em termos de voto entre os diferentes órgãos autárquicos.

Quanto ao espectro de evolução em termos partidário-ideológicos notam-se oscilações extremas em determinados ciclos conjunturais da sociedade portuguesa. Em termos autárquicos, o PSD mostrou-se um



dos partidos mais susceptível a oscilações acentuadas, em particular, entre 1976<sup>4</sup> e 1985, tendo a partir daí passado por um processo de estabilização, tal como atrás referido. Os anos de 1979 e 1982 registaram uma quebra significativa no eleitorado PSD. A entrada da AD em 1979 pode explicar a quebra sentida neste ano pelo PSD, em concelhos em que a mesma concorreu sem estar integrada naquela coligação. Em termos autárquicos, a partir de 1985, o PSD passou a deter uma proporção de escolhas por parte do eleitorado acima dos 25%. O partido com oscilações menos significativas, desde 1976, foi o PS, o qual não baixou aos 25%. À semelhança do PSD, o PS encontra-se num ciclo de estabilização em termos de procura eleitoral. Ainda de referir que, os anos de 1979 e de 1985 pautaram-se por quebras sensíveis no eleitorado do PS. O ano de 1979 coincidiu com a formação da AD e 1985 com a entrada do PRD na competição política autárquica. O fenómeno AD, que em 1979 teve um valor exponencial de cerca de 25% das preferências de voto, em termos autárquicos, sofreria uma quebra abrupta em 1982, decorrente, em grande medida, da desmoralização e desmobilização em termos de continuidade daquele projecto político-partidário consequente à morte inesperada de Sá Carneiro em 1980.

O ano de 1985 proporcionaria, eleitoralmente, em termos autárquicos, uma projecção significativa do PSD, do PRD e do CDS. Em termos conjunturais, este seria um ano importante para Portugal, na medida em que seria o ano que antecederia a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Na altura, Mário Soares, como Primeiro-Ministro de um Governo Socialista, personificaria este processo com a assinatura da adesão de Portugal em 1986. A entrada de Portugal nas Comunidades Europeias abriria as portas a uma revitalização profunda da sociedade portuguesa em termos de valores, ideais, aspirações e concretizações em termos de política económica. Aos ideais, relativamente, recentes da revolução somavam-se agora visões e oportunidades novas de dinamização da cultura política, as quais seriam permeáveis a perspectivas de mercado mais competitivas, mais viradas para valores políticos e económicos renovados.

O final dos anos 80 foi significativo em termos de política interna-

---

<sup>4</sup> Sobre as eleições autárquicas de 1976 ver Dossier Eleições – Em que Sentido se Desloca o Eleitorado Português? – 1<sup>a</sup> Análise dos Resultados das Eleições para as Autarquias Locais (1977), Lisboa, Editorial Avante.

cional. Em 1989, o mundo assiste à queda do muro de Berlim e à reorganização dos valores políticos, económicos e internacionais do Bloco de Leste, personificado pela ex-URSS. A fragilização dos ideários de esquerda torna-se patente e tem reflexos profundos nos valores e opções ideológico-partidárias do Ocidente. Nas eleições em análise, esses reflexos fazem-se notar, ligeiramente, com uma quebra, ainda que pouco significativa, do eleitorado do PCP. Observamos também o desaparecimento do valor político representativo do PRD. Já o PS observou uma continuação da subida do seu eleitorado, eventualmente, beneficiando da transferência de voto destas forças partidárias. É de salientar ainda que os poucos reflexos da conjuntura internacional, a nível autárquico, no eleitorado do PCP podem decorrer do trabalho desenvolvido por esta força política. Este tem sido pautado por uma aposta e investimentos fortes junto das populações e das suas infraestruturas e tem permitido uma demarcação sócio-política importante dos seus municípios em termos regionais.

A observação das linhas mais marcantes em termos de evolução das escolhas eleitorais, no plano autárquico, leva-nos a inferir um fenómeno dicotómico que distancia, de modo claro e estável, a adesão eleitoral entre os dois partidos mais votados, a nível autárquico, e os partidos votados em terceiro e quarto lugares, ou sejam, o PCP-PEV e o CDS-PP. Este padrão evolutivo traduz uma divisão assertiva mas equilibrada entre a esquerda e a direita. No que diz respeito a estes quatro partidos nota-se que a estabilidade das suas linhas de procura eleitoral tem uma sustentação que se inicia nos anos 90 e que não é alheia, certamente, ao vigor e à estabilidade económica, política e conjuntural e ao amadurecimento democrático, genericamente, iniciados e vivenciados a partir, sobretudo, desta década em Portugal.

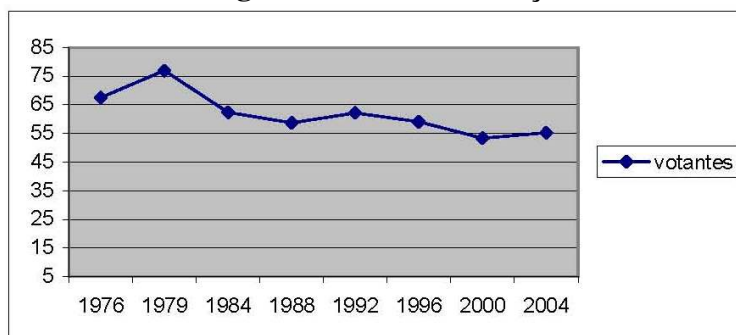
Dos 308 concelhos existentes a nível nacional estamos conscientes da multiplicidade de opções culturais atinentes a múltiplos contextos que podem ser observados como unidades dentro do mapa autárquico nacional. No entanto, tal como referido inicialmente, nesta observação das linhas mais proeminentes de evolução da votação a nível autárquico em Portugal optámos pela não demarcação em termos específicos de qualquer concelho ou área mais abrangente, correspondente a um conjunto de concelhias, por considerarmos que a mesma seria segmentativa e não exaustiva do fenómeno autárquico como um todo. Optámos por

isso por manter um nível de observação global, o qual permitiu que as tendências de escolha pudessem ser também evidenciadas em termos de realidade partidária.

#### **4 Participação eleitoral nas eleições regionais portuguesas: 1974-2004**

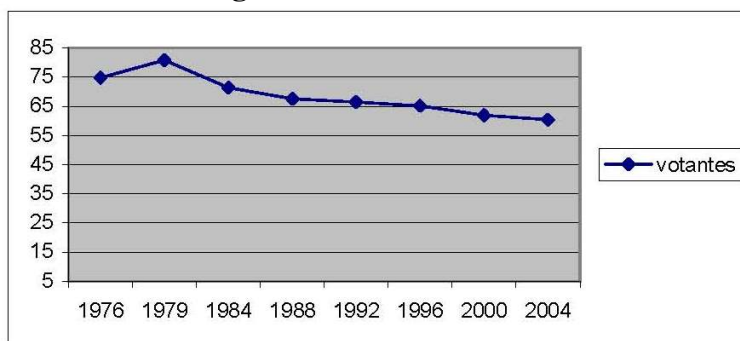
A participação eleitoral nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Madeira apresenta, em termos médios, valores de participação acima dos 55%. Estes valores situam-se abaixo dos valores das eleições legislativas e presidenciais, assim como das eleições autárquicas, que como vimos encontram-se, em média, acima dos 60%.

**Gráfico 5. Votantes nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

**Gráfico 6. Votantes nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

No caso da Região Autónoma da Madeira encontramos 11 círculos eleitorais correspondentes a 11 concelhos, sendo que dez destes situam-se na ilha da Madeira (Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava e Santa Cruz) e o concelho remanescente (Porto Santo) encontra-se na ilha do Porto Santo. No caso dos Açores encontramos nove ilhas (Corvo, Faial, Flores, Graciosa, Pico, Santa Maria, São Jorge, São Miguel e Terceira) que correspondem a nove círculos eleitorais. Nas eleições para as Assembleias Legislativas Regionais vigora o sistema de representação proporcional e a conversão dos votos em mandatos realiza-se através do método de Hondt, à semelhança das eleições legislativas e para as autarquias locais<sup>5</sup>.

A Região Autónoma da Madeira apresenta valores de participação política superiores às da Região Autónoma dos Açores. A explicação para este diferencial pode ser inferida a partir de aspectos inerentes à própria insularidade e à maior dispersão geográfica e cultural entre as ilhas que compõem um e outro arquipélago. A dispersão, e consequente distanciamento, em relação ao Governo Regional é mais patente nos

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre o processo eleitoral referente às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais ver LO 1/2006, 13 Fevereiro, referente à Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e Decreto-Lei 267/80, 8 Agosto, referente à Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

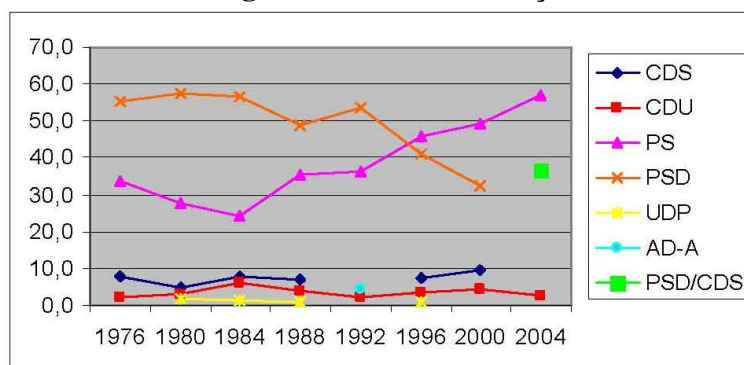
Açores e tem reflexos na participação eleitoral dos eleitores deste arquipélago. Em qualquer dos casos verifica-se a tendência, ainda pouco sensível, para a diminuição em termos de participação eleitoral em ambas as regiões autónomas.

## **5 Evolução da oferta política nas eleições regionais portuguesas: 1976-2004**

Em 1976, na **Região Autónoma dos Açores**, o Parlamento começou a funcionar assente na representação de três partidos, o PPD, o PS e o CDS, que tinham, respectivamente, 27, 14 e 2 mandatos. A composição da representação parlamentar, em regra, tem-se mantido em torno destes três partidos. As linhas de evolução da procura eleitoral demarcaram o momento de alternância em 1996 entre os dois partidos mais representados, o PS (45,82%; 24 mandatos) e o PSD (41,00%; 24 mandatos), sendo que em 2000 o PS passou a liderar com maioria de deputados a Assembleia Regional.

O ano de 2000 saldou-se pela descida demarcada do PPD/PSD (32,48%) nos Açores, que passaria de 24 mandatos para 18 (41,00%), neste ano. O PS obtinha 30 mandatos e 49,20% dos votos. Em 1996, o PS tinha tido 24 mandatos e 45,82% dos votos. Em 2000, o CDS-PP obteria 9,56% dos votos (2 mandatos), perdendo um mandato. O BE (1,38%) e o PPM/PDA (0,80%) também concorreram mas não obtiveram qualquer mandato. O mesmo se passou, novamente, em 2004, com o BE (0,97%), o PPM (0,28%) e o PDA (0,23%). Em 2004, o MPT (0,3%) não obteve também mandatos.

**Gráfico 7. Resultados da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

NOTAS:

1. Resultados das forças políticas que obtiveram mandatos. Nos diversos actos eleitorais concorreram ainda mas não obtiveram qualquer mandato: MES, PCP, PCTP/MRPP, PDA, PDC, PPM, UDA/PDA e BE.
2. Simplificaram-se as siglas utilizadas: caso de PSD em vez de PPD/PSD e de CDS em vez de CDS-PP. A CDU traduz os votos do PCP em 1976, da APU em 1980 e 1984, CDU em 1988 e PCP-PEV de 1992 em diante.

Em 2004, a coligação PPD/PSD/CDS-PP conseguiria 21 mandatos (36,8%). Esta coligação permitiu o reforço de um mandato para este grupo partidário, tendo em conta os resultados em separado das eleições regionais de 2000. O PS ganhou também um mandato em 2004 (56,97%), passando de 30 para 31 mandatos. Em 2004, o PCP-PEV perdeu os dois mandatos que tinha, correspondentes ao Faial e Flores (de 4,83% passou para 2,79%), desaparecendo a sua representação do Parlamento Açoreano. A primeira presença do PCP-PEV, na Assembleia Regional, datava de 1984. Em 2004, o PS passou a governar no Parlamento com maioria absoluta, liderado por Carlos César. O panorama político-partidário açoreano reflecte uma oferta e procura eleitoral diversificadas, apesar da representação parlamentar em 2004 reduzir-se a três partidos. Tal como atrás referido, a participação eleitoral açoreana para as eleições regionais não é elevada, aspecto este que se fosse melhorado ou incentivado poderia traduzir uma configuração mais

sustentada do peso parlamentar e político dos partidos e coligações que se apresentam neste contexto sistémico.

Na **Região Autónoma da Madeira**, as eleições de 27 de Junho de 1976, permitiram que a representação parlamentar começasse a ser efectuada com base numa composição que enquadrava o PPD (29 mandatos), o PS (8 mandatos), o CDS (2 mandatos) e a UDP (2 mandatos). A liderança do Governo Regional seria, desde então, desempenhada por Alberto João Jardim. Observando o quadro evolutivo das diferentes forças partidárias verifica-se que tem havido, desde 1976, uma estabilidade bastante sólida em termos de representação parlamentar e política, com tendência para manter-se. Este aspecto não obsta a que a distância, ao nível da adesão do eleitorado, em termos de representação parlamentar entre o PSD e as restantes forças políticas seja bastante evidente.

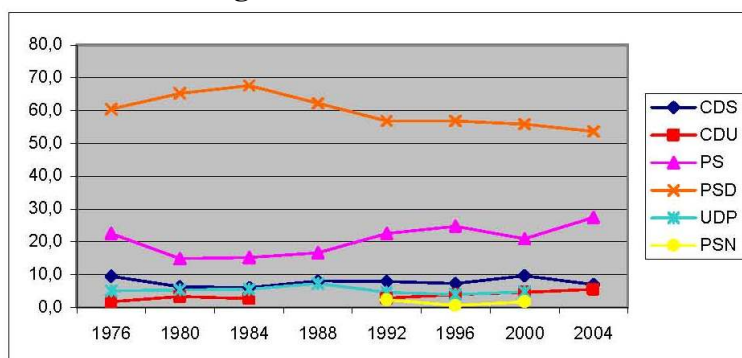
Dos vários actos legislativos para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira centrar-nos-emos nos anos de 2000 e 2004. Começando pelo partido mais votado, o PPD/PSD, em 2000, este obteve 41 mandatos (55,95%), que subiram para 44 mandatos em 2004 (53,71%). O PS tem sido, desde 1976, a segunda força partidária mais votada. No entanto, em 2000, o PS continuou a distanciar-se muito em relação ao PSD, obtendo 13 mandatos (21,04%) e, em 2004, 19 mandatos (27,41%).

Em 2000, nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o PSN não obteve qualquer mandato (1,73%), não tendo concorrido em 2004. A UDP não concorreu em 2004, apesar dos dois mandatos obtidos, em 2000, pelo Funchal (4,79%), tendo-lhe sucedido o BE. Em 2004, o BE conseguiria um mandato pelo Funchal (3,66%). O PCP/PEV manteve os dois mandatos (5,51%). O CDS-PP perdeu um mandato, ficando com dois mandatos pelo Funchal. Ao ganhar as eleições regionais, em 2004, Alberto João Jardim conquistou um oitavo mandato como Presidente do Governo Regional da Madeira. É referir que a Madeira elegia 61 deputados e em 2004 passou a eleger 68 nas eleições regionais<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para detalhes acerca do perfil dos candidatos e dos representantes regionais ver, Manuel Meirinho Martins, Maria de Fátima Mendes (2004), *Eleições para as Assembleias das Regiões Autónomas (1976-2000) – Breve Retrospectiva*, Lisboa, CNE.

**Gráfico 8. Resultados da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira**



FONTE: Dados de STAPE, publicados em Diário da República.

NOTAS:

1. Resultados das forças políticas que obtiveram mandatos. Nos diversos actos eleitorais concorreram ainda mas não obtiveram qualquer mandato: PCP, PCTP-MRPP, PDA E UDA/PDA e BE.
2. Simplificaram-se as siglas utilizadas: caso de PSD em vez de PPD/PSD e de CDS em vez de CDS-PP. A CDU traduz os votos do PCP em 1976, da APU em 1980 e 1984, CDU em 1988 e PCP-PEV de 1992 em diante.

Em termos de espectro partidário, a Região Autónoma da Madeira apresenta um quadro evolutivo extremamente estável, o qual decorre, em grande medida da personificação do poder no líder do Governo Regional, Alberto João Jardim. O fenómeno político que se verifica assenta, fortemente, nas qualidades de comunicação e mobilização política e eleitoral daquele líder. Em grande medida, assente nestes aspectos, gera-se o desenvolvimento de um aparelho de Estado forte, coeso e sustentável do ponto de vista político, decorrente da capacidade de gestão e administração do projecto político que é implementado. Este constitui o principal aspecto político positivo em torno da concretização do poder político madeirense. Naturalmente, que as críticas a esta permanência longa do PSD, personificada pelo mesmo líder têm sido uma constante, sendo que um dos principais argumentos críticos consubstancia-se em torno do designado défice democrático, aliado à ideia de alternância democrática, a qual não se tem concretizado neste espaço regional.



Em resumo, os casos de gestão regional portuguesa, concretizados nos Açores e na Madeira, apesar de díspares em termos políticos, reflectem ambos percursos, fortemente, enraizados nas insulares particulares mas também nas circunstâncias sócio-políticas. Em termos gerais, notam-se os efeitos da insularidade quanto à participação eleitoral, com maior evidência no caso dos Açores, a qual como vimos, é mais baixa do que na Madeira. Comparados os dois contextos podemos inferir, no caso da Madeira, uma vida comunitária mais próxima, mais forte, com maior controlo social e mais ligada à participação eleitoral. Podemos inferir ainda que, decorrente das condições de insularidade, as culturas políticas regionais da Madeira e Açores identificam-se com um registo de proximidade dos cidadãos aos assuntos locais, mais visível na Madeira do que nos Açores, em termos de participação eleitoral.

## **6 Considerações finais**

Em síntese, os cerca de 30 anos pós Revolução de 1974 permitiram, em Portugal, um desenvolvimento rápido e sustentável de uma cultura política democrática que tem assegurado que a alternativa em termos de oferta partidária seja rica e, suficientemente, divergente em termos político-ideológicos, de modo a contemplar soluções complementares. Dos vários tipos de eleições considerámos a análise paralela de duas tipologias – as eleições autárquicas e as eleições regionais – que apesar de não serem centrais, em termos eleitorais nacionais, assumem uma importância significativa no plano local e regional. As duas tipologias em análise apresentam características bastante díspares, sendo que podemos falar de planos paralelos em termos de assumpção da representação política. Ou seja, nas eleições autárquicas é possível uma análise global, em termos nacionais, a qual revelou-se bastante estável apesar de permeável e diversificada, em termos de oferta partidária, ao devir da democracia portuguesa a partir de 1976. No caso regional observamos dois contextos diferenciados de evolução da representação político-partidária. Na Região Autónoma da Madeira, o cenário tem sido bastante polarizado em torno de um partido e sempre de modo regular e

estável desde 1976. No caso dos Açores, a oferta partidária apresenta-se diversificada e alternante em termos de poder político.

Concretamente, a nível da oferta partidária autárquica, o período que decorre desde 1976 viu, naturalmente, um ajustamento no espectro de partidos à evolução da cultura política portuguesa, o qual procurou responder às contingências do processo de democratização gradual que se tem consubstanciado, em Portugal, a partir daí. Pode-se afirmar que a nível local, tal como a nível nacional, a influência de novos vectores sócio-políticos e económicos, do ponto de vista extra-sistémico, particularmente, com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, gerou maior conforto do ponto de vista da sustentabilidade política, concomitante com uma adaptação a soluções mais eficazes de gestão do poder local. Em termos de procura partidária, o quadro português de sufrágio referente às eleições autárquicas, enquadrado de 1976 a 2001, registou um panorama evolutivo que não apresenta, ao fim deste período, uma renovação de fundo em termos de tendências comportamentais por parte do eleitorado.

No que se refere ao plano da oferta e procura eleitoral, a nível de eleições regionais, verifica-se que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam realidades que se pautam por situações diversificadas em termos de quadros evolutivos, a curto e a médio prazo. À realidade política dos Açores que configura uma cultura política onde, actualmente, quer a participação eleitoral quer a diversidade da representação parlamentar são mais restritas, opõe-se a realidade da Região Autónoma da Madeira onde há maior participação eleitoral e maior diversidade na representação parlamentar, apesar do peso massivo do PPD/PSD, o qual, desde 1976, mantém uma estabilidade de adesão partidária bastante singular.

Em termos de oportunidades de oferta e escolha eleitoral, do ponto de vista evolutivo, os actos de sufrágio em análise apresentam duas realidades não representativas dos demais actos de sufrágio, democraticamente, previstos para a realidade nacional, apesar das similitudes que possam constituir-se em termos de padrões de oferta eleitoral.

Verifica-se que, no caso das eleições autárquicas, a divisão, actual, do território nacional em 308 concelhos fornece uma multiplicidade de situações que no cômputo global não facilita uma divisão válida e fundamentada em realidades regionais mais amplas, cuja caracterização

fosse inequívoca do ponto de vista da sua estabilidade em termos de padrões socio-políticos. Essa, aliás, constitui uma das respostas a que o referendo nacional de 1998 sobre a Regionalização não conseguiu dar resposta afirmativa.

Do ponto de vista regional, ou seja, referente às Regiões Autónomas portuguesas, a divisão natural geográfica do território destas duas regiões, aliada a motivos que decorrem da realidade da evolução política em cada contexto, fornece uma maior facilidade em termos de interpretativos quanto à sua homogeneidade evolutiva. Neste momento e após a análise efectuada, podemos afirmar que as homogeneidades regionais, do ponto de vista cultural e político, constituem um dado sólido em termos de inferência das realidades específicas do território nacional.

## **Referências bibliográficas**

- Dossier Eleições – Em que Sentido se Desloca o Eleitorado Português? – 1ª Análise dos Resultados das Eleições para as Autarquias Locais* (1977), Lisboa, Editorial Avante.
- Espírito Santo, Paula (2006), *Sociologia Política e Eleitoral – Modelos e Explicações de Voto*, Lisboa, ISCSP.
- Espírito Santo, Paula (2004), *Decisões de Voto – Um Estudo de Sociologia Política acerca das Legislativas de 2002*, Lisboa, ISCSP. Tese de Doutoramento (edição policopiada).
- Espírito Santo, Paula (1997), *O Processo de Persuasão Política – Abordagem Sistémica da Persuasão com Referências ao Actual Sistema Político Português*, Lisboa, ISCSP.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1986), “A Cultura Política em Portugal – Balanço das Pesquisas em Sociologia Política”, *Revista de Ciência Política*, 4.
- Heimer, Franz-Wilhelm, Jorge Vala, José Manuel Leite Viegas (1990), “Padrões de Cultura Política em Portugal: Atitudes em Relação à Democracia”, *Análise Social*, XXV.

Leite Viegas, José Manuel (1988), “Cultura Política: Intervenção do Estado e Democracia”, *Revista de Ciência Política*, 7 e 8.

Martins, Manuel Meirinho, Maria de Fátima Mendes (2004), *Eleições para as Assembleias das Regiões Autónomas (1976-2000) – Breve Retrospectiva*, Lisboa, CNE.

Wiarda, Howard J., Margaret MacLeish Mott (2001), *Catholic Roots and Democratic Flowers – Political Systems in Spain and Portugal*, USA, Praeger.